



Processo de parecer n. 15/PP/2021 – G

Relator: Regina Sousa

Aprovação: 23 de Julho de 2021

PARECER

O Dr. (...), advogado, titular da cédula profissional com o número (...) e com escritório em (...), veio através de correio eletrónico, remetido ao Conselho Geral, solicitar a emissão de parecer, formulando as perguntas que em seguida se transcreve, e solicitando que este Conselho Geral se pronunciasse sobre a conformidade de tais factos com o Estatuto da Ordem dos Advogados:

"1. O signatário pode ser detentor de um site na internet, especialmente direccionado para senhorios, denominado "SOS Senhorio – Apoio jurídico e administrativo a senhorios", no qual publicitará de forma simples e objectiva, os serviços que se propõe a prestar, com menção expressa aos seguintes actos:

Consulta jurídica

Elaboração de contratos de arrendamento e seus aditamentos – Redigimos o contrato de arrendamento que melhor responde às suas necessidades.

Elaboração de cartas de cessação de contratos de arrendamento – Redigimos cartas para terminar o seu contrato de arrendamento por rescisão com justa causa, denúncia e oposição à renovação.

Cobrança extrajudicial e judicial de rendas em atraso – Fazemos a cobrança de rendas em vencimento, bem como rendas já vencidas, com a penalização legal em vigor.

Instauração de acções de despejo – Instauramos acções de despejo, no Balcão Nacional do Arrendamento e nos Tribunais Judiciais, com vista à recuperação da posse do seu imóvel, livre de pessoas e bens.

2. Em caso afirmativo, poderá fazer menção expressa ao n.º de senhorios que já atendeu enquanto advogado?



3. *Poderá fazer menção expressa aos anos de actividade?*
4. *Terá que fazer menção expressa ao nome do advogado ou advogados que colaboram com a página, bem como a sua morada profissional?*
5. *Ainda, em caso afirmativo, poderá o signatário, em paralelo ao site, manter redes sociais do mesmo, como Instavam e Facebook?* ”

Atendendo que o assunto em causa diz respeito ao exercício da profissão e aos interesses dos advogados, compete ao Conselho Geral sobre o mesmo deliberar, ainda que através de parecer, de acordo com o disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 46º do EOA.

Antes de mais, importa definir o que se entende por Publicidade. A publicidade significa a actividade promocional de bens ou serviços junto dos destinatários da sua aquisição. Publicitar não é mais do que promover, directa ou indirectamente, serviços ou uma actividade económica.

O que tem sido defendido pela Ordem dos Advogados, é o principio que aos Advogados, e com eles, as sociedades Civis de advogados (cfr. João Loureiro, Direito de Publicidade, 1981,115) está proibida qualquer publicidade , a qual deve entender-se em sentido comercial, ou seja propagandístico (LEGA, OB.Cit; 103).

Entendemos que a divulgação, informação e publicidade do exercício da profissão deverá ser feita de forma séria, objectiva, não criando no potencial cliente a imagem de que aquilo que publicita tem características e [ou capacidades muito além dos demais colegas, e sempre com o rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais, sobre o exercício da advocacia, nunca pondo em causa os valores principais da advocacia, nomeadamente o segredo profissional.

Se as novas tecnologias, fazem hoje parte dos vários ramos de atividades profissionais, não sendo o advogado excepção, não podemos contudo, descurar que os advogados têm regras estatutárias, a cujo cumprimento estão vinculados.

Pois, se por um lado, os nossos clientes procuram cada vez mais soluções para os seus problemas, e se temos que nos adaptar a essa nova realidade, existe por outro lado um Código deontológico, que faz parte da nossa actividade profissional, e que devemos escrupulosamente respeitar. Os advogados e a advocacia estão e devem estar acima da competição mercantilista, preservando a sua dignidade e um conjunto de valores que se criaram e preservaram ao longo dos séculos, Cfr, Mariana Albuquerque de Oliveira, in "Advocacia a Cores", BOA; Março/Abril de 1999, pagina 29.



Mas a advocacia não pode, nem deve ser confundida com outras profissões, precisamente porque o advogado é um servidor da Justiça, tornando-o diferente dos demais, e porque sempre se procurou a não comercialização da profissão.

As questões colocadas pelo colega, não se subsumem em nosso entender, a uma mera informação da área de especialização. mas sim num elenco exaustivo dos vários actos que integram essa actividade e que não podem ser enumerados. Inas apenas esta pode ser referenciada de forma simples e objectiva, o que não é o caso.

Em nosso entender, o pretendido pelo colega, é a publicitação de uma actividade promocional de bens ou serviços junto dos destinatários da sua aquisição. Com essa publicidade está a promover direta ou indiretamente serviços ou até uma actividade económica.

O artigo 94º do EOA, sob a epígrafe "*Informação e Publicidade no seu nº I , estatui que: que os advogados podem divulgar a sua alividade profissional de forma objectiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos. do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência.*"

No seu número 2. elenca os atos que constituem informação objectiva. e no seu número 4 quais aos actos ilícitos de publicidade.

De acordo com o aludido normativo legal, o pretendido pelo Dr. (...), não é uma mera informação objectiva , mas antes pelo contrário, actos ilícitos de publicidade.

O Advogado deve ser e tornar-se conhecido pela sua competência e probidade e não por campanhas publicitárias. Tal como nos explicava Luís da Silva Ribeiro, " O advogado não é um comerciante, ou um industrial que anuncie pomposamente os seus produtos e mercadorias." Alfredo Gaspar EOA .Anot. ao artigo 80º pagina 136 •,

De acordo com o aqui explanado. entendemos que as questões colocadas pelo colega, violam o disposto no artigo 94º do Estatuto da Ordem dos Advogados.

A advocacia não pode, nem deve confundir-se com qualquer actividade comercial, pois tem uma dignidade própria que lhe é conferida com o reconhecimento constitucional da sua essencialidade para a administração da Justiça (artigo 208 º da Constituição da Republica).

Há que preservar a dignidade da advocacia, devendo o seu exercício ser pautado por padrões técnicos, éticos e deontológicos, os quais não se compadecem com conteúdos propagandísticos ou mercantilistas.



Em suma, a indicação das áreas, ou matérias jurídicas de exercício profissional- é uma informação objectiva, e por conseguinte permitida.

A participação em plataforma Informática, e ainda nas redes sociais como sejam Instagram e facebook, constitui uma forma de angariar clientes, o que o nosso Estatuto proíbe no artigo 90º nº 2 alínea h). A participação e a divulgação da actividade profissional do advogado, cujo objectivo é “Atrair clientes” é um acto que atenta contra a dignidade da profissão de advogado. estando, por isso. vedada ao Advogado a sua participação.

Conclusão:

As questões colocadas pelo colega, constituem actos de publicidade ilícitos. e por conseguinte vedados no artigo 94º do EOA. Assim não seria, se estivéssemos perante a menção a uma área preferencial de actividade, cujo teor fosse meramente informativo, sem existir uma extensão de competências, ou mesmo uma menção a competências dos advogados que decorrem desde de normas legais, como é o caso.

Estamos perante actos ilícitos de publicidade previstos no nº4 daquele artigo.

É este, salvo melhor opinião o meu parecer

A próxima reunião do Conselho Geral para Deliberação.

Funchal, 22 de Julho de 2021

A Relatora,

Regina Sousa

(Vogal Conselheira da Ordem dos Advogados)

Aprovado em reunião plenária do Conselho Geral de **23 de Julho de 2021**